

Guilherme de Souza Nucci

Manual de Direito Penal

11.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 10.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 11. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-5852-7

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil 3. Direito penal. I. Título.

13-07775

CDU: 343.1(81)

Sumário

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo	3
3. Política criminal.....	4
4. Criminologia	5
5. Bem jurídico	6
Síntese	8

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	9
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil	17
Síntese	18

Capítulo III PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância.....	19
1.1 Princípios regentes	19
2. Princípios de direito penal.....	20
2.1 Constitucionais explícitos.....	20
2.1.1 Concernentes à atuação do Estado	20
2.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal)	20
2.1.1.2 Anterioridade.....	21
2.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica	21
2.1.1.4 Humanidade.....	21
• Ponto relevante para debate:	
A prisão no Brasil e a humanidade	22
2.1.2 Concernentes ao indivíduo.....	23
2.1.2.1 Personalidade ou da responsabilidade pessoal	23
• Ponto relevante para debate:	
A pena de multa após a morte do condenado.....	23
2.1.2.2 Individualização da pena.....	24
2.2 Constitucionais implícitos.....	25
2.2.1 Concernentes à atuação do Estado	25
2.2.1.1 Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade	25
2.2.1.2 Taxatividade	27
2.2.1.3 Proporcionalidade	28
2.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	29
2.2.2 Concernente ao indivíduo	29
2.2.2.1 Culpabilidade	29
• Ponto relevante para debate:	
A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal.....	30
Síntese	31

Capítulo IV FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal	33
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal	36
1.2 Costume e fonte do direito penal	36
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal	36
2. Interpretação e integração no direito penal	37
Síntese	40

Capítulo V
LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade	41
1.1 Origem histórica	42
1.2 Legalidade e garantismo penal.....	42
1.3 Legalidade material e legalidade formal	42
2. Conceito de anterioridade	43
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	43
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança	43
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	44
Síntese	47

Capítulo VI
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo	49
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)	50
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in melius</i>).....	51
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>).....	51
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis	51
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu	53
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	54
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	55
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	56
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica	56
8. Leis intermitentes.....	57
8.1 Extensão e eficácia.....	57
• Ponto relevante para debate:	
A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal	58
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	60
Síntese	63

Capítulo VII
TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime.....	69
2. Alcance da teoria da atividade	69

3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	70
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	70
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP.....	71
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas.....	71
Síntese.....	71

Capítulo VIII

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade.....	73
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço.....	73
3. Conceito de território e seus elementos.....	74
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	74
3.2 Espaço aéreo.....	74
3.3 Mar territorial brasileiro.....	75
4. Território brasileiro por equiparação.....	75
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	76
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	76
5. Critérios para a extraterritorialidade.....	77
5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada.....	77
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	78
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	79
5.4 Condições para a extraterritorialidade.....	80
6. Extradicação.....	80
6.1 Espécies de extradicação e fonte legislativa.....	81
6.2 Requisitos para a concessão.....	81
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal.....	86
8. Outras exceções à regra da territorialidade.....	86
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	87
8.2 Imunidades diplomáticas.....	88
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade.....	88
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas.....	89
8.3 Imunidades consulares.....	90
8.4 Imunidades parlamentares.....	91
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva.....	91

8.4.2	Características da imunidade substantiva.....	92
8.4.3	Características da imunidade processual.....	94
8.5	Outras imunidades e foros privilegiados.....	95
8.5.1	Deputados estaduais.....	95
8.5.2	Vereadores.....	95
8.5.3	Advogados.....	96
8.5.4	Prefeitos.....	97
9.	Direito penal internacional e direito internacional penal.....	97
	Síntese.....	98

Capítulo IX

EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	101
2.	Hipóteses para a homologação.....	102
2.1	Reparação civil do dano causado à vítima.....	102
2.2	Aplicação de medida de segurança.....	102
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	102
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação....	103
	Síntese.....	103

Capítulo X

CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1.	Prazos penais e processuais penais.....	105
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	106
3.	Frações não computáveis da pena.....	106
	Síntese.....	106

Capítulo XI

CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1.	Conceito.....	109
2.	Crítério da sucessividade.....	110
3.	Crítério da especialidade.....	110
4.	Crítério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	112
5.	Crítério da absorção (ou consunção).....	112
6.	Crítério da alternatividade.....	113
	Síntese.....	114

Capítulo XII

CRIME

1. Conceito de crime.....	119
1.1 Conceito material	119
1.2 Conceito formal.....	120
1.3 Conceito analítico.....	121
2. Diferença entre crime e contravenção penal.....	124
3. Sujeitos e objetos do crime	125
3.1 Sujeito ativo	125
• Ponto relevante para debate:	
A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime.....	126
3.2 Sujeito passivo.....	127
3.3 Objeto do crime	128
4. Classificação dos crimes.....	129
4.1 Crimes comuns e próprios	129
4.2 Crimes instantâneos e permanentes	130
4.3 Crimes comissivos e omissivos	132
4.4 Crimes de atividade e de resultado	132
4.5 Crimes de dano e de perigo.....	133
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	133
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos	133
4.8 Progressão criminosa	134
4.9 Crime habitual	135
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	136
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	136
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas).....	136
4.13 Crimes remetidos	137
4.14 Crimes condicionados	137
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento).....	137
Síntese	137

Capítulo XIII

TIPICIDADE

1. Apresentação	143
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....	144
2.1 Elementos do tipo penal incriminador.....	145
2.2 Classificação do tipo	146
3. Conceito de conduta penalmente relevante	151

• Ponto relevante para debate:	
A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais	157
4. Conceito de resultado.....	157
5. Conceito de nexo causal.....	158
5.1 Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	159
• Ponto relevante para debate:	
Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo.....	166
5.2 Causas independentes e relativamente independentes.....	167
5.2.1 Concausas e seus efeitos.....	167
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios.....	174
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria	174
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante.....	175
5.3.3 Dever de agir.....	175
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei	176
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado	176
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco	176
• Pontos relevantes para debate:	
Deixar o agressor morrer depois de se defender.....	177
Pais e filhos maiores de 18 anos como garantidores da segurança recíproca	177
A posição de garante como fruto de outros relacionamentos de afetividade.....	178
Envenenamento e navalhada como causas da morte	178
6. Conceito de tipicidade e excludentes	178
6.1 Adequação social	179
6.2 Insignificância.....	180
Síntese	183

Capítulo XIV

ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo	185
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico	186
3. Características do dolo.....	186
4. Conceito de dolo direto.....	187
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	187
5. Conceito de dolo indireto ou eventual.....	187

• Ponto relevante para debate:	
A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito	188
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual	189
7. Outras classificações do dolo	189
8. Conceito de culpa	191
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente.....	191
10. Elementos da culpa.....	192
11. Situações peculiares no campo da culpa.....	193
12. Espécies de culpa.....	194
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional	195
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	195
Síntese	197

Capítulo XV

CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito	201
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso.....	201
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	202
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	203
Síntese	205

Capítulo XVI

ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	207
2. Excludentes de ilicitude.....	208
3. Classificação das excludentes de ilicitude.....	208
4. Elemento subjetivo nas excludentes	209
5. Conceito de estado de necessidade.....	211
5.1 Espécies de estado de necessidade.....	211
5.2 Requisitos do estado de necessidade.....	213
5.2.1 Existência de perigo atual	213
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo.....	214
• Ponto relevante para debate:	
A valoração da vontade no contexto da produção do perigo.....	214
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	215
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro	216

5.2.5	Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	216
5.2.6	Dever legal de enfrentar o perigo.....	216
5.3	Causa de diminuição de pena	217
6.	Conceito e fundamento da legítima defesa	217
6.1	Elementos da legítima defesa	218
6.1.1	Injustiça da agressão	218
6.1.2	Atualidade ou iminência da agressão	219
6.1.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	220
•	Ponto relevante para debate:	
A	legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	222
Legítima	defesa da honra <i>versus</i> legítima defesa efetiva: a tragédia da Piedade....	224
6.1.4	Utilização dos meios necessários para a reação	228
6.1.5	Moderação da reação.....	229
6.1.6	Proporcionalidade na legítima defesa	230
6.1.6.1	Ofendículos	231
•	Ponto relevante para debate:	
A	natureza jurídica dos ofendículos	231
6.2	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	234
6.2.1	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude	234
6.2.2	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	235
6.2.3	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	235
6.2.4	Legítima defesa sucessiva	235
6.2.5	Legítima defesa contra multidão.....	236
6.2.6	Legítima defesa contra provocação.....	236
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	236
6.2.8	Legítima defesa por omissão	237
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	238
6.2.10	Legítima defesa da comunidade.....	238
6.2.11	Legítima defesa de animais	239
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal	239
7.1	Situações de cumprimento de dever legal	240
8.	Conceito de exercício regular de direito	240
8.1	Situações de exercício regular de direito	241
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	242
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido	242
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	243

8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores	243
8.2.4	As lesões praticadas no esporte	243
9.	Consentimento do ofendido.....	244
•	Ponto relevante para debate:	
	O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	247
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	249
10.	Os excessos no contexto das excludentes.....	250
10.1	Modalidades de excessos	251
Síntese	253

Capítulo XVII CULPABILIDADE

1.	Conceito de culpabilidade	255
1.1	Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	260
1.2	Conceito de coculpabilidade	260
2.	Excludentes de culpabilidade	261
2.1	Excludentes concernentes ao agente do fato	262
2.1.1	Imputabilidade penal.....	262
2.1.2	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado....	264
•	Ponto relevante para debate:	
	A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>).....	267
2.1.2.1	Conceito de perturbação da saúde mental.....	268
2.1.3	Embriaguez decorrente de vício.....	269
2.1.4	Menoridade.....	269
•	Ponto relevante para debate:	
	O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos	271
2.2	Excludentes concernentes ao fato.....	271
2.2.1	Coação moral irresistível.....	271
•	Ponto relevante para debate:	
	A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas	272
2.2.2	Obediência hierárquica	243
2.2.3	Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	274
2.2.3.1	Embriaguez voluntária ou culposa	274
2.2.3.2	A teoria da <i>actio libera in causa</i>	276
2.2.3.3	Caso fortuito ou força maior.....	278
2.2.3.4	Embriaguez incompleta fortuita.....	278

2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas	278
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa	279
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental	280
3. Emoção e paixão	280
3.1 Emoção	280
3.2 Paixão	282
Síntese	282

Capítulo XVIII CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado.....	285
2. Tentativa	285
2.1 Conceito de crime tentado	285
2.2 Natureza jurídica da tentativa	286
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	287
2.4 Dolo e culpa na tentativa	288
2.5 Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	288
• Ponto relevante para debate:	
Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime	290
2.6 Tentativa e dolo eventual	292
2.7 Tentativa e crime de ímpeto	295
2.8 Crimes que não admitem a tentativa	296
2.9 Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	299
2.10 Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	299
2.11 Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	300
3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	300
3.1 Conceito de desistência voluntária.....	300
3.1.1 Desistência momentânea	300
3.1.2 O problema da execução retomada	301
3.2 Conceito de arrependimento eficaz	302
3.3 Natureza jurídica	303
3.4 Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	304
3.5 Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa.....	304
4. Arrependimento posterior.....	305
4.1 Conceito.....	305
4.2 Natureza jurídica	305
4.3 Requisitos para a aplicação.....	305

• Ponto relevante para debate:	
A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior.....	307
4.4 Critérios para a diminuição da pena	309
4.5 Análise crítica da Súmula 554 do STF	309
4.6 Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	310
5. Crime impossível	310
5.1 Conceito e natureza jurídica	310
5.2 Fundamento da não punição do crime impossível	310
5.3 Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo.....	311
5.4 Análise dos elementos do crime impossível.....	311
5.5 Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível	312
• Ponto relevante para debate:	
O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível	313
Síntese	314

Capítulo XIX

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Conceitos de erro e ignorância.....	319
2. Conceito de erro de tipo	319
3. Possibilidade de punição por crime culposos.....	320
4. Erro escusável e erro inescusável	320
5. Erro essencial e erro acidental.....	320
6. Erro quanto à pessoa	321
7. Erro determinado por terceiro.....	321
8. Conceito de erro de proibição	321
9. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	322
10. Erro de proibição escusável e inescusável	322
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição	323
12. Conceito de discriminantes putativas	323
13. Divisão das discriminantes putativas	323
14. Natureza jurídica das discriminantes putativas	324
Síntese	326

Capítulo XX

CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas	331
2. Teorias do concurso de pessoas	331

3. Distinção entre autoria e participação	332
3.1 Teoria do domínio do fato.....	333
3.2 Executor de reserva	334
4. Critérios quanto à punição do partícipe	335
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	336
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	336
6.1 Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”	336
6.2 Participação de menor importância	337
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	338
7. Requisitos do concurso de agentes	338
8. Alguns aspectos da autoria mediata	339
9. Autoria colateral.....	339
• Ponto relevante para debate:	
A coautoria e a participação em crime culposo	340
10. Conivência	340
11. Coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios	341
• Ponto relevante para debate:	
A participação posterior à consumação do crime	342
12. Participação e cumplicidade.....	343
12.1 Conivência.....	344
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	344
• Ponto relevante para debate:	
A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo	344
13.1 Exceção quanto à elementar do crime	345
14. Casos de impunibilidade	347
Síntese	348

Capítulo XXI

TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena	349
2. Teorias extremadas da pena.....	351
3. Garantismo penal.....	353
• Pontos relevantes para debate:	
Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal	354
A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo	355
Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa	356

4. Cominação das penas	358
5. Princípios da pena	359
6. Espécies de penas	359
Síntese	359

Capítulo XXII

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	361
2. Regime progressivo de cumprimento da pena	362
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	368
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura	368
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	369
6. Imprescindibilidade do regime fechado	369
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	370
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime	371
9. Regime fechado.....	372
• Pontos relevantes para debate:	
A aplicação do regime fechado à pena de detenção	373
A viabilidade da progressão <i>por salto</i>	373
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo	375
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado	376
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado	377
• Ponto relevante para debate:	
A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	378
9.4 Trabalho externo do condenado.....	379
10. Regime semiaberto	379
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	379
10.2 Situação do índio.....	380
11. Regime aberto.....	380
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	380
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto	381
12. Direitos do preso.....	381
12.1 Direito à visita íntima	381
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio.....	382
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso	382
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena	383

13. Trabalho do preso	384
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório	384
13.2 Trabalho do preso e remição.....	384
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	385
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	385
13.2.3 Remição pelo estudo.....	386
• Ponto relevante para debate:	
A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar	386
14. Superveniência de doença mental	387
15. Detração	388
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	388
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração ...	388
15.3 Detração e pena de multa.....	389
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena	389
15.5 Detração e suspensão condicional da pena	389
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas.....	390
Síntese	390

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos	393
2. Natureza jurídica	393
3. Espécies de penas restritivas de direitos	394
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	395
• Pontos relevantes para debate:	
A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados.....	396
As penas alternativas no cenário da violência doméstica	397
5. Momentos para a conversão.....	399
6. Exigências para a conversão	399
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	401
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	403
8.1 Prestação pecuniária	403
• Ponto relevante para debate:	
A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas.....	405
8.2 Perda de bens ou valores.....	405
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	406
8.4 Interdição temporária de direitos.....	407
8.5 Limitação de fim de semana	408
Síntese	409

Capítulo XXIV
PENA PECUNIÁRIA

1.	Conceito e destinação da multa	411
2.	Critérios para a fixação da pena de multa	412
	• Ponto relevante para debate:	
	O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	413
3.	O valor do dia-multa em salário mínimo	414
4.	Atualização monetária da multa	415
5.	Pagamento da multa	416
6.	Multa como dívida de valor	416
	• Pontos relevantes para debate:	
	A competência judiciária para a execução da pena pecuniária	416
	A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível	417
7.	Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	418
	Síntese	418

Capítulo XXV
APLICAÇÃO DA PENA

1.	Conceito	419
	• Ponto relevante para debate:	
	As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário.....	419
2.	Circunstâncias judiciais	420
3.	Pena-base	421
3.1	Critérios para a fixação da pena-base	421
4.	Elementos do art. 59 do Código Penal	427
4.1	Culpabilidade	427
	• Ponto relevante para debate:	
	Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor	428
4.2	Antecedentes	432
	• Ponto relevante para debate:	
	O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i>	432
	• Ponto relevante para debate:	
	A caducidade dos maus antecedentes.....	433
4.3	Conduta social	434
4.4	Personalidade	435
	• Ponto relevante para debate:	
	A avaliação da personalidade do acusado pelo julgador	436
4.5	Motivos do crime.....	437

4.6	Circunstâncias do crime	437
4.7	Consequências do crime.....	438
4.8	Comportamento da vítima.....	440
5.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	442
6.	Substituição da pena privativa de liberdade	443
7.	Agravantes e atenuantes.....	443
7.1	Agravantes	443
7.1.1	Motivo fútil	444
7.1.2	Motivo torpe	445
7.1.3	Motivação torpe específica	445
7.1.4	Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido	446
7.1.5	Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum.....	446
7.1.6	Relações familiares	447
7.1.7	Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher ...	447
7.1.8	Abuso de poder e violações de dever	448
7.1.9	Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	449
7.1.10	Ofendido sob proteção da autoridade	451
7.1.11	Situação de desgraça particular ou calamidade pública	451
7.1.12	Embriaguez preordenada	451
7.1.13	Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa....	452
7.1.13.1	Mentor ou dirigente da atividade criminosa	452
7.1.13.2	Coação ou indução ao crime	452
7.1.13.3	Instigação ou determinação para o delito	452
7.1.13.4	Criminoso mercenário.....	452
7.1.14	Reincidência	453
7.1.14.1	Conceito.....	453
•	Ponto relevante para debate:	
	A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	453
	7.1.14.2 Espécies de reincidência	454
•	Ponto relevante para debate:	
	A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	454
	7.1.14.3 Efeitos da reincidência.....	455
	7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior	456
	7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios	456
	7.1.14.6 Crime político.....	457

7.2	Atenuantes	458
7.2.1	Menoridade relativa	458
7.2.2	Senilidade	459
7.2.3	Desconhecimento da lei	460
7.2.4	Relevante valor social ou moral	461
7.2.5	Arrependimento	461
7.2.6	Coação resistível	462
7.2.7	Cumprimento de ordem superior	462
7.2.8	Violenta emoção	462
7.2.9	Confissão espontânea	462
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto	464
7.2.11	Atenuante inominada	464
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes	465
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	465
8.	Cálculo da pena.....	467
8.1	Sistemas para a fixação da pena	467
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras	469
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais	470
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição	470
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	470
	Síntese	472

Capítulo XXVI CONCURSO DE CRIMES

1.	Conceito e critério de análise	475
2.	Sistemas do concurso de crimes	475
2.1	Sistema da acumulação material	475
2.2	Sistema da exasperação da pena	476
2.3	Sistema da absorção	476
2.4	Sistema da acumulação jurídica	476
3.	Concurso material	477
3.1	Conceito.....	477
3.2	Critérios para a aplicação da pena	477
3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	478
4.	Concurso formal	478
4.1	Conceito.....	478
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito	478

• Ponto relevante para debate:	
A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i>	479
4.3 Concurso material favorável ou benéfico	480
4.4 Concorrência de concursos	481
5. Crime continuado	481
5.1 Conceito	481
5.2 Natureza jurídica	482
5.3 Teorias do crime continuado	482
5.4 Crimes da mesma espécie	484
5.5 Condições de tempo	485
5.6 Condições de espaço	485
5.7 Formas de execução	486
5.8 Outras circunstâncias semelhantes	486
• Ponto relevante para debate:	
O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional...	487
5.9 Critério de dosagem do aumento	487
5.10 Crime continuado e inimizabilidade	488
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos	488
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	488
5.13 Espécies de crime continuado	489
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual	489
• Ponto relevante para debate:	
A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes	490
6. Concurso de infrações e execução da pena	490
Síntese	490

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	497
2. Modalidades de erro na execução	497
3. Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	499
4. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	499
Síntese	500

Capítulo XXVIII
LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento	501
2. Unificação das penas em 30 anos	506
3. Modo de unificação	506
Síntese	507

Capítulo XXIX
SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos	509
2. Natureza jurídica.....	510
3. Requisitos para a sua concessão.....	510
4. Espécies de <i>sursis</i>	511
• Ponto relevante para debate:	
A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	511
5. Pontos controversos.....	512
5.1 <i>Sursis</i> e indulto	512
5.2 Existência de processos em andamento	512
5.3 Réu ausente.....	513
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil	513
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário	514
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	515
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo.....	516
6. Período de prova e escolha das condições	516
7. Causas de revogação.....	518
7.1 Revogação obrigatória.....	518
7.2 Revogação facultativa.....	518
8. Prorrogação do período de prova.....	519
9. Finalização do <i>sursis</i>	520
Síntese	521

Capítulo XXX
LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos	523
2. Natureza jurídica	524
3. Requisitos para a sua concessão.....	524

3.1	Objetivos.....	524
3.2	Subjetivos.....	525
•	Ponto relevante para debate:	
	A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003.....	527
4.	Duração do livramento	528
5.	Pontos polêmicos	528
5.1	Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	528
5.2	Livramento condicional cautelar	528
5.3	Livramento condicional para estrangeiro.....	528
6.	Parecer do Conselho Penitenciário	529
7.	Soma das penas para efeito de livramento	529
8.	Condições do livramento condicional	530
8.1	Obrigatórias.....	530
8.2	Facultativas	530
9.	Revogação do livramento.....	530
9.1	Causas obrigatórias.....	530
9.2	Causas facultativas.....	531
9.3	Prévia oportunidade de defesa.....	531
9.4	Livramento insubsistente.....	531
10.	Efeitos da revogação	531
11.	Extinção da pena e prorrogação automática	532
	Síntese	532

Capítulo XXXI EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1.	Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação	533
2.	Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória	534
3.	Efeitos genéricos.....	535
3.1	Tornar certa a obrigação de reparar o dano	535
3.2	Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita	536
4.	Efeitos específicos	537
4.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	537
4.2	Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela ...	538
4.3	Inabilitação para dirigir veículo.....	539
	Síntese	540

Capítulo XXXII
REABILITAÇÃO

1.	Conceito	541
2.	Competência para a concessão de reabilitação	543
3.	Prazo e procedimento.....	543
4.	Indeferimento da reabilitação e recursos	544
5.	Reabilitação e reincidência	544
6.	Reabilitação <i>em porções</i>	544
	Síntese	545

Capítulo XXXIII
MEDIDAS DE SEGURANÇA

1.	Conceito	547
2.	Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	548
3.	Espécies de medidas de segurança.....	548
4.	Extinção de punibilidade	549
5.	Pressupostos para aplicação da medida de segurança	549
6.	Sentença de absolvição imprópria	550
7.	Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial	550
8.	Duração da medida de segurança.....	551
9.	Culpabilidade e periculosidade	552
10.	Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	552
	• Ponto relevante para debate: O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena	553
11.	Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena	554
12.	Detração e medida de segurança	554
13.	Exame de cessação da periculosidade.....	555
14.	Condições para a desinternação ou liberação	556
15.	Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	557
16.	Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum	557
	• Ponto relevante para debate: Concorrência da medida de segurança com a Lei 10.216/2001.....	557
	Síntese	559

Capítulo XXXIV
AÇÃO PENAL

1.	Conceito de ação penal	561
2.	Princípios que regem a ação penal pública incondicionada	562

3. Critério de iniciativa da ação penal	562
4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	563
5. Ação penal no crime complexo	565
Síntese	566

Capítulo XXXV

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade	567
2. Causas gerais e específicas	568
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	569
4. Momentos de ocorrência	569
5. Morte do agente	570
• Ponto relevante para debate: As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de ôbito após a extinção da punibilidade do agente.....	571
6. Anistia	572
7. Graça ou indulto individual	572
8. Indulto coletivo	574
• Ponto relevante para debate: Indulto da pena de multa e limite mínimo para a inscrição de débito na dívida ativa.....	575
9. <i>Abolitio criminis</i>	575
10. Decadência.....	576
11. Perempção.....	577
12. Renúncia e perdão	577
13. Retratação	578
14. Perdão judicial.....	579
• Ponto relevante para debate: A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial	579
15. Prescrição.....	581
15.1 Conceito e teorias justificadoras.....	581
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	582
• Ponto relevante para debate: A prescrição da medida de segurança	583
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública	584
• Ponto relevante para debate: A influência da detração no cálculo prescricional.....	584
15.4 Modalidades de prescrição.....	585

• Ponto relevante para debate:	
A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado	586
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	589
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	592
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP	593
15.7 Causas interruptivas da prescrição	594
• Ponto relevante para debate:	
A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado	597
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas	597
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	598
17. Prescrição em leis especiais	600
18. Prescrição e perdão judicial.....	600
Síntese	600

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – Art. 121	615
• Pontos relevantes para debate:	
A existência de homicídio simples hediondo.....	620
A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio	620
A existência de homicídio qualificado-privilegiado.....	621
A aceitação do homicídio qualificado-privilegiado hediondo.....	621
A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio.....	622
O homicídio sem motivo	622
A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	623

A polêmica questão da eutanásia	624
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – Art. 122	625
• Pontos relevantes para debate:	
O auxílio por omissão.....	627
A solução da situação denominada pacto de morte.....	628
Infanticídio – Art. 123	628
• Ponto relevante para debate:	
O concurso de pessoas no infanticídio.....	630
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124	630
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – Art. 125.....	632
Aborto provocado por terceiro com consentimento – Art. 126	633
Formas qualificadas de aborto – Art. 127	635
Excludentes de ilicitude – Art. 128	636
• Pontos relevantes para debate:	
A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida.....	638
A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	638
A autorização do aborto eugênico	639

Capítulo II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – Art. 129	641
• Ponto relevante para debate:	
A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal.....	652

Capítulo III DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130.....	653
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131	655
• Ponto relevante para debate:	
Transmissão do vírus da AIDS.....	656
Perigo para a vida ou saúde de outrem – Art. 132.....	657
Abandono de incapaz – Art. 133.....	658
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134.....	660
Omissão de socorro – Art. 135.....	662
• Ponto relevante para debate:	
As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio	664
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – Art. 135-A.....	664
Maus-tratos – Art. 136.....	666

• Ponto relevante para debate:	
A palmada configura maus-tratos?.....	668
Capítulo IV DA RIXA	
Rixa – Art. 137	669
Capítulo V DOS CRIMES CONTRA A HONRA	
Calúnia – Art. 138	671
Difamação – Art. 139.....	674
Injúria – Art. 140.....	676
Disposições comuns – Arts. 141 a 145	679
Capítulo VI DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL	
Seção I DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL	
Constrangimento ilegal – Art. 146.....	685
Ameaça – Art. 147.....	688
Sequestro e cárcere privado – Art. 148.....	689
Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149.....	691
Seção II DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO	
Violação de domicílio – Art. 150.....	693
Seção III DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA	
Violação de correspondência – Art. 151	697
• Ponto relevante para debate:	
A violação da correspondência dos cônjuges.....	699
Violação de correspondência comercial – Art. 152.....	700
Seção IV DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS	
Divulgação de segredo – Art. 153	701

Violação do segredo profissional – Art. 154.....	703
Violação de dispositivo informático – Art. 154-A.....	704

Título II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I DO FURTO

Furto – Art. 155.....	709
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da casa habitada no furto noturno.....	720
O furto de coisas de estimação.....	720
O furto de cadáver.....	720
O furto de coisas de ínfimo valor.....	721
O furto de imagem.....	721
O furto de talão de cheques e de cartão de crédito.....	721
O furto de uso como crime.....	722
A trombada como furto ou roubo.....	722
A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	723
Furto de coisa comum – Art. 156.....	723

Capítulo II DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – Art. 157.....	727
• Pontos relevantes para debate:	
O roubo de uso.....	734
A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade.....	734
A existência da tentativa no roubo impróprio.....	735
O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento.....	735
Extorsão – Art. 158.....	737
• Ponto relevante para debate:	
A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago.....	742
Extorsão mediante sequestro – Art. 159.....	743
• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica.....	746
Extorsão indireta – Art. 160.....	747

Capítulo III DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, <i>caput</i>	749
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.º, I.....	750
Esbulho possessório – Art. 161, § 1.º, II.....	752
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162.....	753

Capítulo IV DO DANO

Dano – Art. 163.....	755
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164.....	757
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.....	758
Alteração de local especialmente protegido – Art. 166.....	759
Ação penal – Art. 167.....	761

Capítulo V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168.....	763
Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A.....	765
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169.....	767
Causa de diminuição de pena – Art. 170.....	768

Capítulo VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – Art. 171.....	769
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.).....	772
O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral.....	772
O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade.....	772
O estelionato como delito permanente.....	772
A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal.....	772
A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia ...	773
O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo.....	773
O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição.....	773
O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime.....	774

Duplicata simulada – Art. 172.....	774
Abuso de incapazes – Art. 173.....	776
Induzimento à especulação – Art. 174.....	777
Fraude no comércio – Art. 175.....	778
Outras fraudes – Art. 176.....	780
• Ponto relevante para debate:	
A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176.....	782
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177.....	782
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – Art. 178.....	785
Fraude à execução – Art. 179.....	786

Capítulo VII DA RECEPÇÃO

Receptação – Art. 180.....	789
----------------------------	-----

Capítulo VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – Arts. 181 a 183.....	793
• Pontos relevantes para debate:	
O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição.....	795
A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável....	796

Título III DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184.....	799
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio – Art. 185.....	802
Ação penal – Art. 186.....	803

Capítulo II DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187.....	805
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188.....	805
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado – Art. 189....	805
Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho – Art. 190.....	806
Ação penal – Art. 191.....	806

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192	807
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193.....	807
Marca com falsa indicação de procedência – Art. 194.....	808
Ação penal – Art. 195	808

Capítulo IV

DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal – Art. 196	809
---------------------------------------	-----

Título IV

DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197	811
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – Art. 198	813
Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199.....	814
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200....	815
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – Art. 201	817
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202	818
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203.....	819
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – Art. 204	821
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205.....	822
Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206.....	823
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – Art. 207.....	824

Título V

DOS CRIMES

CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO
E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208	829
---	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209.....	833
Violação de sepultura – Art. 210	835
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211	836
Vilipêndio a cadáver – Art. 212	837

Título VI
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213	841
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa	845
A análise do grau de resistência da vítima	845
O estupro como crime único de condutas alternativas	846
A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único	848
A aplicação retroativa da nova figura do estupro	849
A necessidade de criação de um tipo penal intermediário	849
O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação	850
Atentado violento ao pudor – Art. 214	853
Violação sexual mediante fraude – Art. 215	853
Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216	855
Assédio sexual – Art. 216-A	855
• Pontos relevantes para debate:	
A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a)	858
A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel	858
A paixão do agente pela vítima	859

Capítulo II
DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução – Art. 217	861
Estupro de vulnerável – Art. 217-A	861
• Ponto relevante para debate:	
Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa	865
Mediação de vulnerável para servir à lascívia de outrem (rubrica inserida pelo autor) – Art. 218	866
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A	868
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável – Art. 218-B	870

Capítulo III
DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude – Art. 219	875
--	-----

Rapto consensual – Art. 220	875
Diminuição de pena – Art. 221	876
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222.....	876

Capítulo IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas – Art. 223.....	877
Presunção de violência – Art. 224.....	877
Ação penal – Art. 225	877
• Ponto relevante para debate:	
Espécie de ação quando houver resultado lesão grave ou morte.....	879
Aumento de pena – Art. 226.....	880

Capítulo V DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227	881
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228.....	883
Favorecimento da exploração sexual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 229.....	886
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade	890
A inviabilidade da prisão em flagrante.....	890
Rufianismo – Art. 230.....	892
• Ponto relevante para debate:	
A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo.....	894
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231	894
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A.....	896

Capítulo VI DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233	899
• Ponto relevante para debate:	
A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica....	901
Escrito ou objeto obsceno – Art. 234.....	901
• Ponto relevante para debate:	
A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal	903

Capítulo VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A	905
• Ponto relevante para debate:	
Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento	906
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 234-B.....	906
Art. 234-C (<i>Vetado.</i>)	907

Título VII
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235.....	911
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236.....	913
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237.....	915
Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238.....	916
Simulação de casamento – Art. 239.....	917
Adultério – Art. 240.....	918

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – Art. 241	919
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – Art. 242	920
Sonegação de estado de filiação – Art. 243.....	922

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – Art. 244.....	925
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245	927
Abandono intelectual – Art. 246.....	928
Abandono moral – Art. 247.....	929

Capítulo IV
DOS CRIMES CONTRA O
PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248.....	931
--	-----

• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de ser efetivada a fuga.....	932
Subtração de incapazes – Art. 249	933

Título VIII

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – Art. 250	937
Explosão – Art. 251	940
Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252	942
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – Art. 253.....	943
Inundação – Art. 254	944
Perigo de inundação – Art. 255.....	945
Desabamento ou desmoronamento – Art. 256	947
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257	948
Formas qualificadas de crime de perigo comum – Art. 258.....	949
Difusão de doença ou praga – Art. 259.....	950

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – Art. 260.....	953
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261	955
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262	957
Forma qualificada – Art. 263	958
Arremesso de projétil – Art. 264	959
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265.....	960
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública – Art. 266	962

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267	965
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268	966
Omissão de notificação de doença – Art. 269	968
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270 ...	969
Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271	971

Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272	972
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273	974
• Ponto relevante para debate:	
A inconstitucionalidade da pena cominada às figuras incriminadoras do art. 273 do Código Penal	976
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274	977
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275	979
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276	980
Substância destinada à falsificação – Art. 277	981
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278	982
Substância avariada – Art. 279	984
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280	984
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281	985
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – Art. 282	985
Charlatanismo – Art. 283	986
Curandeirismo – Art. 284	988
Forma qualificada – Art. 285	989

Título IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286	991
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287	993
• Ponto relevante para debate:	
Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações	994
Associação criminosa – Art. 288	994
• Pontos relevantes para debate:	
A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado...	998
A possibilidade de concurso de pessoas	999
O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância	999
Constituição de milícia privada – Art. 288-A	999

Título X

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I

DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – Art. 289	1003
------------------------------	------

Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	1005
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	1007
Emissão de título ao portador sem permissão legal – Art. 292.....	1009

Capítulo II

DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – Art. 293	1013
Petrechos de falsificação – Art. 294	1016
Causa de aumento de pena – Art. 295.....	1018

Capítulo III

DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – Art. 296.....	1019
Falsificação de documento público – Art. 297	1022
Falsificação de documento particular – Art. 298.....	1025
Falsidade ideológica – Art. 299	1028
• Pontos relevantes para debate:	
As diferenças entre falsidade material e ideológica	1030
A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco	1031
Falso reconhecimento de firma ou letra – Art. 300	1031
Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301	1033
• Ponto relevante para debate:	
A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	1035
Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	1036
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303.....	1037
Uso de documento falso – Art. 304.....	1039
• Pontos relevantes para debate:	
A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento	1041
O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento.....	1041
Supressão de documento – Art. 305	1042

Capítulo IV

DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – Art. 306.....	1045
Falsa identidade – Art. 307	1047

• Ponto relevante para debate:	
O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva	1049
Falsa identidade – Art. 308	1050
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309	1052
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310	1053
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311	1055

Capítulo V

DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A.....	1057
• Ponto relevante para debate:	
Cola eletrônica e tipificação penal	1060

Título XI

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312.....	1063
• Ponto relevante para debate:	
O peculato de uso e o crime previsto no art. 312.....	1066
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313	1067
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A.....	1069
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B	1071
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314	1072
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315.....	1074
Concussão – Art. 316.....	1075
• Ponto relevante para debate:	
O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão	1077
Corrupção passiva – Art. 317	1078
• Pontos relevantes para debate:	
A ausência de menção à expressão <i>ato de ofício</i>	1080
A cifra negra da corrupção	1081
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318.....	1081
Prevaricação – Art. 319	1083
Prevaricação – Art. 319-A.....	1084
Condescendência criminosa – Art. 320	1087

Advocacia administrativa – Art. 321	1088
Violência arbitrária – Art. 322	1090
Abandono de função – Art. 323	1091
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324	1093
Violação de sigilo funcional – Art. 325	1095
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326	1096
Funcionário público – Art. 327	1097
• Pontos relevantes para debate:	
O conceito de entidade paraestatal	1098
A possibilidade de o conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime	1099

Capítulo II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328	1101
Resistência – Art. 329	1103
• Ponto relevante para debate:	
O concurso entre os crimes de resistência e roubo	1105
Desobediência – Art. 330	1105
• Ponto relevante para debate:	
O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário	1109
Desacato – Art. 331	1110
Tráfico de influência – Art. 332	1112
Corrupção ativa – Art. 333	1113
• Ponto relevante para debate:	
A questão referente à conduta <i>dar</i>	1115
Descaminho – Art. 334	1116
Contrabando – Art. 334-A	1120
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335	1123
Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336	1124
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337	1125
Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A	1127

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B	1131
---	------

Tráfico de influência em transação comercial internacional – Art. 337-C.....	1133
Funcionário público estrangeiro – Art. 337-D.....	1134

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338.....	1137
Denúnciação caluniosa – Art. 339.....	1138
• Ponto relevante para debate:	
A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa.....	1141
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340.....	1142
Autoacusação falsa – Art. 341.....	1143
• Ponto relevante para debate:	
A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender.....	1145
Falso testemunho ou falsa perícia – Art. 342.....	1145
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade.....	1147
O concurso de pessoas no crime de falso.....	1150
Suborno – Art. 343.....	1151
Coação no curso do processo – Art. 344.....	1152
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345.....	1154
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 346.....	1155
Fraude processual – Art. 347.....	1156
Favorecimento pessoal – Art. 348.....	1158
Favorecimento real – Art. 349.....	1160
Favorecimento real – Art. 349-A.....	1161
Exercício arbitrário ou abuso de poder – Art. 350.....	1163
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351.....	1164
Evasão mediante violência contra pessoa – Art. 352.....	1166
Arrebatamento de preso – Art. 353.....	1167
Motim de presos – Art. 354.....	1168
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355.....	1170
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356.....	1171
Exploração de prestígio – Art. 357.....	1172
Violência ou fraude em arrematação judicial – Art. 358.....	1174
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359.....	1175

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – Art. 359-A	1179
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B	1181
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C	1183
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D	1185
Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E	1186
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F.....	1187
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-G	1189
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H.....	1191
 BIBLIOGRAFIA	 1193
 OBRAS DO AUTOR.....	 1221